



RELATÓRIO E CONTAS 2014

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
B. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	6
4. Ação Social	9
5. Atividade cultural	10
6. Serviços	11
7. Património	13
8. Finanças	13
9. Principais indicadores	18
10. Agradecimentos	18
11. Aplicação de resultados	18
12. Propostas	19
C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2014	21
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2014	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa	23
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	24
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2014	25
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2014	26
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2014	27
D. ANEXO	28
E. PARECER DO CONSELHO FISCAL	42
1. Parecer	43

A.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Luiz Jacinto Fernandes (associado n.º 217)

1.º Secretário: Francisca Maria Beato Leal (433)

2.º Secretário: Eunice Maria N. Lourenço (1499)

Suplentes:

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (751) e

José Carlos Ribeiro Martins Fialho de Oliveira (1739).

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Goulart Machado (181)

Vice-presidente: Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

Vogal: Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

Vogal: Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

Vogal: Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630)

Suplentes:

José António Neves Veloso Domingues (1133),

Ana Paula Neves Ferreira (1746),

José António da Câmara Pimenta de França (1541) e

Joana Rute Ribeiro Pinto Coelho (5049)

Conselho Fiscal

Presidente: Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

Secretário: Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

Relator: Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

Suplentes:

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José Alberto da Silva Magalhães (736)

Conselho Geral

Membros eleitos:

Paulo Manuel Fernandes da Silva (857),

António Joaquim dos Santos (56),

João Joaquim Gomes (25),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

António Ribeiro Cristóvão (270),

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Maria Luísa Manteigas Ribeiro (133) e

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista (CASA DA IMPRENSA), tem a sua origem na Associação de Classe dos

Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2011.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 40º, à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 41 à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso e 33 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submeter à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2014.

Além do balanço global, que destaca as prioridades e perspetiva a orientação do trabalho realizado (*capítulo 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, mas fático e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, mais caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano (*capítulos 2 a 8, pág. 5 e seguintes*).

1. PERSPETIVA

O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação objetiva sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2014, mas o Conselho de Administração não pode deixar de destacar previamente quatro questões para dar aos Associados a sua perspetiva sobre o trabalho desenvolvido e os desafios para o futuro próximo da nossa Associação. São eles: 1) a apresentação de um resultado líquido do exercício anómalo para uma instituição com a nossa dimensão; 2) a realização das obras de requalificação da Sede associativa e de reabilitação do prédio da R. do Loreto (propriedade de investimento); 3) a aposta na expansão e na melhoria da qualidade dos Serviços de Saúde; e 4) a conclusão dos trabalhos preparatórios da revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios.

O primeiro aspeto a destacar é o resultado líquido apresentado pela contabilidade: 4.352.452,32 euros. Este montante inclui um “resultado extraordinário” de 4.333.109,59 euros, consequência da atualização do valor da propriedade de investimento, pós-obras.

O resultado da atividade “corrente”, que permite a comparação com os anos anteriores, foi de 19.342,73 euros, valor ligeiramente superior (+3,6%) ao previsto no orçamento.

É o terceiro ano consecutivo em que a CASA DA IMPRENSA apresenta resultados líquidos positivos, com a particularidade de todas as modalidades mutualistas estarem equilibradas e todas, sem exceção, apresentarem resultado positivo desde 2012.

O segundo aspeto vai para a realização das obras. E o destaque é justificado por todos os ângulos por que elas se analisem: o seu significado, o seu custo e o impacto que terão nos anos vindouros.

Depois das obras a CASA DA IMPRENSA tem um património imobiliário de elevada qualidade, seguro e funcional. E muito valorizado. As contas atestam agora esse valor que antes estava “escondido”, porque desatualizado ou não registado. O valor atual do imobiliário é de 6.080.000,00 euros. O ativo total da CASA DA IMPRENSA (o imobiliário, os fundos, as reservas e demais ativos) passou de 16.884.817,82 euros para 22.336.815,19 euros (+32,3%).

As obras tiveram um preço elevado: 317.018,60 euros na Sede e 509.541,47 euros no prédio da R. do Loreto, ultrapassando a estimativa inicial (280mil e 360 mil euros, respetivamente), mas foram os custos contidos dentro limites que o

As demonstrações financeiras (Seção C, pág. 20 e seguintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação, em todos os aspetos significativos, com os valores dos exercícios anteriores.

No Anexo ao Relatório de Gestão (Seção D, pág. 28 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística e a Seção E (págs. 42 e 43) inclui o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação conjunta em Assembleia Geral.

Conselho de Administração considera seguros e não comprometem os objetivos traçados.

De facto, as obras não desequilibraram a situação financeira da CASA DA IMPRENSA. Não a desequilibraram no ano em que decorreram, como se vê pelos resultados apresentados, nem a deverão desequilibrar nos anos seguintes. Pelo contrário, permitiram a celebração de novos contratos de arrendamento, a valores “de mercado” que garantem um significativo aumento das receitas. E estas compensam, com uma margem bastante positiva, a perda de juros, que aliás estão em queda.

O terceiro aspeto a merecer destaque é o trabalho realizado para melhorar os serviços prestados na área da Saúde.

O Posto Clínico e em geral os Serviços de Saúde são a face mais visível da CASA DA IMPRENSA e o seu desenvolvimento, no sentido de corresponderem cada vez mais às necessidades dos atuais Associados e de novos Associados, é uma questão crítica. Daqui a importância da requalificação do espaço físico do Posto Clínico, mas também da melhoria dos equipamentos técnicos, da diversificação dos serviços prestados (com novas valências), da redução de preços e do estabelecimento de novos convénios.

Não há contradição, mas antes complementaridade em apostar simultaneamente no Posto Clínico e nos convénios e protocolos. Tal como não é uma ameaça a abertura dos serviços a não-associados, sem perda de identidade da Associação. Juntar todos estes fatores é uma questão crítica, mas é condição para que os Associados tenham sempre disponíveis os serviços de que necessitam. E tenham melhores cuidados de saúde.

O quarto aspeto em destaque é a conclusão dos trabalhos preparatórios da revisão do Regulamento de Benefícios.

A melhoria dos benefícios é possível porque a Associação está estável e é sólida, inclusivamente no plano financeiro, e é necessária na medida em que se enquadra, coerentemente e de forma sustentável, com o que acima ficou dito.

Em jeito de balanço – e de autocritica assumida – deve-se acrescentar que muito ficou por fazer e muito é necessário fazer. A simultaneidade necessária para a conclusão de muitos trabalhos lançados justifica que outros fossem eventualmente desvalorizados.

Mas as sementes estão lançadas.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2014 a CASA DA IMPRENSA tinha 1928 associados, mais 39 (2%) que no final do ano anterior.

Ao longo do ano foram admitidos 97 candidatos, faleceram 13 associados e 34 anularam a inscrição. Outros 11 associados foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Do total de inscritos, 1096 (56,8% do total) eram associados efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 832 (43,2%) associados participantes, dos quais sete eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 832 participantes, 700 (36,3% do total de associados ou 84,1 do total de associados participantes) eram fami-

liares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 93,2 por cento do total de associados.

Em comparação com os anos anteriores, regista-se um aumento do número de admissões (97 em 2014, contra 71 em 2013) e a diminuição do número de associados eliminados por não pagarem quotas (11 em 2014 e 29 em 2013). Regista-se também a estabilização das desistências (34 e 33, respetivamente) e o aumento do número de falecimentos (13 em 2014 e 10 em 2013)

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas e a distribuição da massa associativa por categoria de associado e relação de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Categorias de associados	31/12/2013	Movimento entre as datas					31/12/2014
		Admissões	Falecimentos	Eliminações	Desistências	Readmissões / Mudança de categoria	
Associados Efetivos	1088	33	9	4	10	-2	1096
Famil. Assoc. Efetivos:							
- Cônjuges	263	19	1	1	6	-3	271
- Cônjuges Sobrevivos	36	0	3	0	0	2	35
- Ascendentes	4	0	0	0	0	0	4
- Filhos	386	34	0	2	12	-16	390
Associados Participantes	92	7	0	3	5	19	110
Famil. Assoc. Particip.::		0	0	0	0	0	
- Cônjuges	4	1	0	0	1	0	4
- Filhos	9	3	0	1	0	0	11
Associados Pens. FASC	7	0	0	0	0	0	7
Total Associados	1889	97	13	11	34	0	1928

Na distribuição por género, os homens continuam a estar em maioria entre os inscritos, com 998 associados (51,8% do total), contra 930 mulheres (48,2%).

Por classes etárias, dois terços do total de inscritos (1276 associados, 66,2% do total de associados) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos.

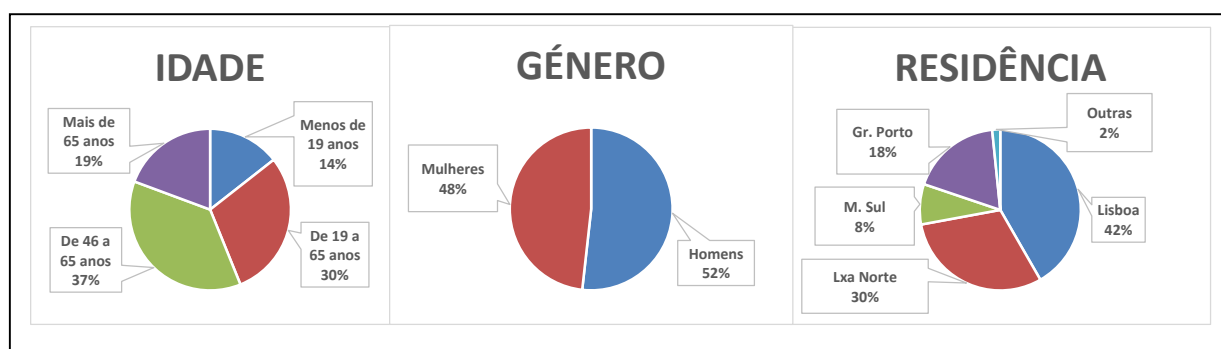
O número de crianças e jovens (até aos 18 anos) e o de *seniores*, com mais de 65 anos, quase se equivaliam: 14,5 por cento e 19,3 por cento do total, respetivamente.

A média de idades, no conjunto dos associados, era em

31 de dezembro de 2014 de 46,2 anos. Nas novas inscrições registadas durante o ano a média foi de 34,4 anos. Oitenta por cento dos associados da CASA DA IMPRENSA residem na área metropolitana de Lisboa.

No concelho de Lisboa moram 804 associados (41,7% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra e Loures, 586 (30,4%) e na Margem Sul, 156 (8,1%). Na região do Grande Porto residem 351 associados (18,2% do total).

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência:



Subscritores das modalidades mutualistas

Em dezembro de 2014 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e 1923 (mais 38 que no ano anterior) tinham ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

No último dia do ano a modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1012 subscritores (mais 6,9% que os 947 de dezembro de 2013). Desde a revisão dos Estatutos e

do Regulamento de Benefícios, em março de 2012, o número de subscritores desta modalidade cresceu 114%.

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 627 subscrições ativas em dezembro de 2014 (menos 13 que no final do ano anterior).

O quadro seguinte apresenta o número de subscrições ativas por modalidade a 31 de dezembro de 2013 e 2014:

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31/12/2014	31/12/2013	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	1928	1889	39	2,1%
Cuidados de Saúde Primários	1923	1885	38	2,0%
Internamento Hospitalar	1012	947	65	6,9%
Capitais por Morte	627	640	-13	-2,0%

Associados falecidos

Durante o ano faleceram 13 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos e a data de falecimento:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2014

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Adelino Carlos Ferreira Cardoso	18	Efectivo	14/07/2014
Mário Augusto de Pinho Branco	24	Efectivo	05/04/2014
António Luís Rodrigues	47	Efectivo	16/01/2014
Emídio Arnaldo Freitas Rangel	204	Efectivo	13/08/2014
Filipe Manuel Anjos Leandro Martins	296	Efectivo	08/10/2014
Alfredo Rui Craveiro Camacho	313	Efectivo	05/08/2014
Abel Soeiro Figueiredo	965	Efectivo	19/10/2014
Maria de Fátima Alves Saramago	1618	Efectivo	11/04/2014
Maria Glória Costa Lopes	5020	Cônjuge Sobrevivo	10/06/2014
Maria Fátima da Silva Teixeira de Almeida	5312	Familiar - Cônjuge	06/09/2014
Joaquina Maria Pereira Torrejais Serrano	5331	Cônjuge Sobrevivo	02/04/2014
Maria Fernanda dos Prazeres Peres	5444	Cônjuge Sobrevivo	17/04/2014
Rui Mário Sá Osório Tovar de Carvalho	5587	Efectivo	03/07/2014

3. SAÚDE

A atividade da CASA DA IMPRENSA em 2014, relativamente aos Serviços de Saúde, foi marcada pela remodelação completa do espaço físico do Posto Clínico da Sede, em Lisboa.

Os serviços funcionam agora no Piso 3, onde estavam os Serviços Administrativos e os órgãos sociais, e, apesar de a Associação a tal não estar obrigada, por ser uma instituição privada de solidariedade social (IPSS), as instalações cumprem agora todos os requisitos para a certificação como estabelecimento de saúde privado.

Como em todo o edifício da Sede, no piso clínico foram

substituídas as redes de águas, esgotos, eletricidade, comunicações e dados, bem como os aparelhos de ar condicionado, e foram instalados equipamentos para a renovação e circulação de ar. Foram também instalados equipamentos de segurança (para deteção e primeiro combate a incêndios).

O mobiliário dos gabinetes de consultas e da sala de espera foi também substituído e os gabinetes são agora mais amplos.

O posto clínico foi ampliado, estendendo-se ao edifício da R. do Loreto, onde foi criado um novo gabinete para con-

sultas, exames e tratamentos das especialidades de Oftalmologia e Otorrinolaringologia.

Foi também criado um espaço para acolher um posto de recolha para a realização de análises clínicas.

Todos os espaços de circulação, gabinetes médicos e instalações sanitárias permitem a sua utilização por utentes com dificuldades de locomoção, tendo sido instalada uma plataforma elevatória que permite a circulação de cadeiras de rodas na comunicação entre os dois prédios.

No final do ano ficaram concluídos os trabalhos preparatórios que permitirão a entrada em funcionamento do novo serviço de análises clínicas e das novas especialidades médicas, cujo arranque será simultâneo com a revisão do Regulamento de Benefícios, bem como a negociação de convénios para a prestação de serviços a utentes não associados.

Com a colaboração da Direção Clínica e a participação dos médicos residentes, foi feito o levantamento das necessidades em matéria de equipamentos médicos para a pequena cirurgia e para apoio às consultas de todas as especialidades já existentes e a lançar em 2015, um investimento de cerca de 50 mil euros a concretizar no início de 2015.

No quarto trimestre foi iniciado um programa de formação do pessoal de apoio aos Serviços de Saúde, com a contratação em regime de prestação de serviços de uma técnica superior de enfermagem e gestão de saúde.

Em novembro a Assembleia Geral aprovou, por proposta

Posto clínico

Durante o ano realizaram-se no Posto Clínico da CASA DA IMPRENSA (Sede e Delegação) 2.801 consultas, menos 59 (-2,1%) que as realizadas em 2013, ano que tinha registado um crescimento de 26,1% do número de consultas de especialidade, após o lançamento de novas valências.

A diminuição do número de consultas foi mais visível no primeiro trimestre do ano (-7,1% no conjunto de todas as especialidades), enquanto decorreram as obras de requalificação do Posto Clínico da Sede.

As consultas de medicina geral e familiar continuam a ser as mais procuradas (1556 em Lisboa e 344 no Porto, num total de 1900), menos 38 (-2,0%) que as realizadas no ano anterior).

do Conselho de Administração, a adesão da CASA DA IMPRENSA à Redemut – Associação Portuguesa de Mutualidades.

Com esta adesão, todos os Associados da CASA DA IMPRENSA passam a poder utilizar, em condições preferenciais, os serviços de saúde das outras 16 associações mutualistas atualmente aderentes, do mesmo modo que os associados destas (cerca de 900 mil em todo o país) passam a poder utilizar o Posto Clínico da CASA DA IMPRENSA.

No final do ano o Conselho de Administração aprovou a versão final do projeto de alteração dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, a submeter a parecer prévio da Direção Geral da Segurança Social e à deliberação da Assembleia Geral em 2015.

No domínio da saúde, a proposta de alteração do Regulamento de Benefícios prevê o aumento da cobertura da modalidade de Internamento Hospitalar, que passa dos atuais 10.000 euros anuais para 15.000 euros (de 1.500 para 2.500 euros nos partos).

No âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, a proposta prevê a redução do preço das consultas de especialidade no Posto Clínico da Associação, de 25 para 15 euros por consulta.

De acordo com os Estatutos, a proposta foi desenvolvida depois do parecer prévio favorável do Conselho Geral relativamente à oportunidade da revisão dos regulamentos e foi debatida com este órgão em sucessivas reuniões.

Nas restantes especialidades, realizaram-se 900 consultas, menos 21 (-2,3%) que em 2013.

As especialidades mais procuradas, depois da medicina geral e familiar, foram a Psicologia e a Oftalmologia, com 209 e 159 consultas, respetivamente, seguindo-se a Nutrição (141) e a Psiquiatria (118).

Durante o ano, 865 associados (44,9% por cento dos subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários) procuraram os Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA e tiveram pelo menos uma consulta médica no Posto Clínico (Sede ou Delegação).

O quadro seguinte mostra o número de consultas realizadas no Posto Clínico (Lisboa e Porto).

CONSULTAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Consultas	2014			2013			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Clínica Geral	1556	344	1900	1598	340	1938	-38	-2,0%
Outras especialidades	900	1	901	922		922	-21	-2,3%
Dermatologia	102	1	103	105		105	-2	-1,9%
Oftalmologia	159		159	142		142	17	12,0%
Ortopedia	16		16	14		14	2	14,3%
Otorrinolaringologia	103		103	106		106	-3	-2,8%
Nutricionismo	141		141	147		147	-6	-4,1%
Psicologia	209		209	211		211	-2	-0,9%
Psiquiatria	118		118	141		141	-23	-16,3%
Urologia	52		52	56		56	-4	-7,1%
Total Consultas	2456	345	2801	2520	340	2860	-59	-2,1%

Pequenas cirurgias

Igualmente na Sede, foram feitas 13 pequenas cirurgias, conforme se pode ver no quadro seguinte. Na comparação com 2013, regista-se uma diminuição

de 20 cirurgias, que se deveu à indisponibilidade da sala por período prolongado devido à realização das obras de requalificação do Posto Clínico.

PEQUENAS CIRURGIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA								
Pequenas Cirurgias	2013			2012			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Dermatologia	12		12	30		30	-18	-60,0%
Outras	1		1	3		3	-2	-500,0%
Total Pequenas Cirurgias	13		13	33		33	-20	-60,6%

Convénios

Além das consultas e das pequenas cirurgias realizadas no Posto Clínico da Associação, durante o ano foram emitidas 907 credenciais para consultas e tratamentos externos ao abrigo de *convénios*, ou seja, com médicos e em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA IMPRENSA.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 89 consultas (-8,9%).

A esta evolução, tal como já foi assinalado no relatório relativo a 2013, não é indiferente o facto de os associados terem passado a utilizar o *cartão de saúde*, podendo escolher médicos e estabelecimentos de proximidade.

As especialidades mais procuradas fora do Posto Clínico, e considerando apenas os médicos e estabelecimentos com *convénios* com a CASA DA IMPRENSA, são a Estomatologia e a Ginecologia, com 42,9% e 14,0% do total.

No total foram realizadas 3.841 consultas e tratamentos em regime ambulatorio, nos postos clínicos da Associação ou com médicos e estabelecimentos convencionados diretamente com a CASA DA IMPRENSA (menos 48, ou -1,2%), que no ano anterior.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas por especialidade para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*:

CONSULTAS E TRATAMENTOS EM MÉDICOS/ESTABELECIMENTOS CONVENCIONADOS DIRETAMENTE COM A CI								
Credenciais	2014			2013			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Alergologia	17	7	24	17	10	27	-3	-11,1%
Cons./Trat. Estomatologia	188	201	389	197	234	431	-42	-9,7%
Ginecologia	108	19	127	109	21	130	-3	-2,3%
Cardiologia	53	12	65	63	13	76	-11	-14,5%
Oftalmologia	2	50	52	1	55	56	-4	-7,1%
Urologia	39	11	50	54	11	65	-15	-23,1%
Pediatria	14	21	35	5	21	26	9	34,6%
Otorrinolaringologia	8	23	31	9	27	36	-5	-13,9%
Neurologia/Neurocirurgia	27	2	29	33	5	38	-9	-23,7%
Gastroenterologia	24	0	24	19	1	20	4	20,0%
Endocrinologia		21	21			0	21	
Cons./Trat. Fisiatria	8	5	13	10	3	13	0	0,0%
Outros (consultas e tratamentos)	17	21	38	37	41	78	-40	-51,3%
Total	505	402	907	554	442	996	-89	-8,9%

Acordos e protocolos de cooperação

Além dos prestadores com *convénio*, mas ainda em regime ambulatorio (sem internamento), os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *acordos* ou *protocolos de cooperação*, nomeadamente os que integram a rede Advancecare.

No Posto Clínico ou ao abrigo de *convénios*, os Associados beneficiam de consultas com preços que são, em média, cerca de 50% inferiores aos preços de tabela para doentes particulares. Estas consultas são subsidiadas pela CASA DA IMPRENSA, pelo que são reportados à Associação. O mesmo não acontece com as consultas e exames realizados ao abrigo de *acordos* e *protocolos de cooperação* que, oferecendo preços reduzidos e/ou descontos, não são

subsidiados nem conferem direito a reembolso, pelo que habitualmente não são reportados à CASA DA IMPRENSA.

O mesmo acontece relativamente aos serviços prestados em regime ambulatorio com a utilização do *cartão de saúde*, que dá acesso à Rede Advancecare.

O *cartão de saúde* dá acesso aos serviços de mais de 18 mil prestadores, em todo o país, ao preço convencionado entre cada um deles (médicos ou estabelecimentos) e a Advancecare. Os preços têm um desconto que, em média, é de cerca de 45 por cento, no caso dos prestadores mais relevantes. Mas como os serviços não são subsidiados pela CASA DA IMPRENSA e não há lugar a reembolsos, não são reportados e não há registo estatístico rigoroso do número de utilizadores e de atos clínicos.

Consultas de especialidade no Porto

Ainda no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, a CASA DA IMPRENSA acordou com a Benéfica e Previdente – Associação Mutualista, o acesso dos nossos Associados à clínica daquela associação mutualista, no Porto, conforme previsto no Programa de Ação aprovado em Assembleia Geral.

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar registaram-se 27 casos de hospitalização para cirurgias diversas e um parto.

Os Associados da CASA DA IMPRENSA passaram a ter acesso a consultas de todas as especialidades médicas existentes na Sede da Associação, nas mesmas condições de preço praticadas em Lisboa (25 euros por consulta, em vez de 30 como acontece com as consultas realizadas ao abrigo de *convénios*).

Em 2013 tinha havido 20 internamentos e um parto. O custo médio dos internamentos baixou de 5.233,76 euros em 2013 para 3.384,31 euros em 2014.

4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2014 um nível de atividade semelhante ao registado no ano anterior, agindo proativamente e respondendo aos problemas apresentados pelos beneficiários que a ele recorreram ou foram encaminhados por outros serviços da CASA DA IMPRENSA.

Ao longo do ano a Assistente Social atendeu 31 beneficiários (mais sete que no ano anterior), através de 41 entrevistas, visitas domiciliárias e contactos telefónicos.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 11 prestações complementares periódicas (mais duas que em 2013) e dois subsídios pontuais (-2) para, nos termos do Regulamento de Benefícios, responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial. Foi também atribuído um subsídio reembolsável e autorizado o pagamento pelo Fundo

de Ação Social (FAS) de consultas e medicamentos em nove situações.

Foi prestado apoio em diversas outras situações, com o recurso a entidades externas, como o Sindicato dos Jornalistas, o Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Centro Paroquial de Penha de França e a Associação de Doentes de Alzheimer.

O montante global disponibilizado nestes apoios foi de 36.822,46 euros.

O quadro seguinte sintetiza os apoios suportados pelo FAS na concessão de subsídios eventuais e prestações complementares periódicas.

Nos termos regulamentares, estes apoios foram propostos pelos Serviços Sociais e atenderam à condição de recursos dos requerentes.

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2014		2013	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)
Subsídios mensais atribuídos	11	26 300,00	9	26 660,00
Subsídios pontuais atribuídos	2	1 172,00	4	2 925,00
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	9	9 166,26	9	7 208,93
Subsídio para pagamento de quotas	1	184,20	0	0,00
Total a fundo perdido	23	36 822,46	22	36 793,93
Subsídios reembolsáveis	1	1 800,00	1	1 000,00

Comparticipação de quotas e despesas de saúde

Conforme previsto no Regulamento de Benefícios, o Fundo de Ação Social participou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas).

A participação é limitada às quotas de dois familiares na modalidade de Cuidados de Saúde Primários e um na de Internamento Hospitalar (sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor do atual regulamento, em 2012), sendo de 50% ou 100% conforme se trate de cônjuges e ascendentes ou de descendentes.

O valor das participações em 2014 ascendeu a

56.378,95 euros, mais 2.870,35 euros (+5,4%) que em 2013.

Com o apoio do FAS foram também participados exames complementares de diagnóstico não participados pelo Serviço Nacional de Saúde mas que os médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente participadas as despesas relativas com o tratamento de doenças de alto risco e alto custo.

O valor destas participações foi de 2.035,78 euros (1.754,10 em 2013).

Bolsas de estudo e subsídio por morte

A modalidade de Solidariedade Associativa (SA) atribuiu cinco bolsas de estudo, no valor de 750 euros cada (3.750 euros no total). As bolsas são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos dependentes a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

Pensionistas de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou subsídios por morte e pensões de reforma e sobrevivência no valor de 41.178,36 euros.

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992.

Apoios sociais em equipamentos e serviços

No terceiro trimestre o Conselho de Administração deliberou abrir no 2º andar do prédio da CASA DA IMPRENSA na Rua do Loreto, em Lisboa, um espaço partilhado de trabalho (*cowork*) destinado a jornalistas, preferencialmente desempregados ou com vínculo laboral precário e independentes (*freelance*).

O espaço, designado *Noticiária*, foi dotado das condições básicas para trabalho individual, nomeadamente trabalho redatorial e abriu em regime experimental em novembro. O espaço é cedido a título de apoio social, ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, contra o pagamento de uma renda simbólica de um euro por dia (no caso dos desempregados).

Na mesma altura foi decidido não arrendar através de um único contrato o 1º andar do mesmo prédio, preferindo-se em alternativa o aluguer de salas. O objetivo foi ter

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos cinco subsídios por morte aos beneficiários designados ou aos herdeiros legais de outros tantos subscritores da modalidade.

O subsídio por morte suportado pela modalidade tem o valor de 800 euros.

Em dezembro, em resultado do correspondente estudo atuarial, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social em favor do FASC no valor de 37.563,46 euros, para reforço das provisões matemáticas.

Durante o ano faleceram dois pensionistas do FASC (um de reforma e um de sobrevivência).

Em 31 de dezembro o grupo fechado era constituído por 7 jornalistas/pensionistas e 19 cônjuges sobreviventes.

uma reserva de espaço que possa ser cedido a título de apoio social.

Neste caso os apoios são concedidos para o desenvolvimento de projetos emergentes na área dos *media* que visem a criação de emprego.

Trata-se, também neste caso, de apoio social em equipamento e serviços, previsto no Regulamento de Benefícios e como tal tipificado no Código das Associações Mutualistas.

Em ambas as situações (*cowork* e salas individuais), a disponibilidade do espaço (*i.e.*, o espaço reservado mas eventualmente não ocupado) é suportada financeiramente pelo FAS num período experimental de um ano.

Estes apoios foram inscritos no Programa de Ação e no Orçamento para 2015, aprovados em Assembleia Geral em 27 de novembro.

5. ATIVIDADE CULTURAL

A atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2014 foi condicionada pela realização das obras de reabilitação da sede da Associação, no primeiro semestre, e pelo atraso na instalação de novos equipamentos no salão nobre, que só ficou concluída no final do verão.

O facto mais relevante da atividade desenvolvida foi a reabertura ao público, no final de agosto, do Cinema Ideal, o mais antigo cinema de Lisboa, que é propriedade da nossa Associação desde 1925 e cuja reabilitação foi possível com o esforço conjunto da CASA DA IMPRENSA e da Midas, a empresa que explora comercialmente o espaço.

A reabertura da sala, recuperada de acordo com projeto do arquiteto José Simões Neves, foi precedida pelo lançamento do Livro "O Cinema Ideal e a CASA DA IMPRENSA – 110 anos de filmes", da autoria da investigadora e ex-jornalista Maria do Carmo Piçarra e coeditado pela nossa Associação, com a Midas e a editora Guerra & Paz.

O livro resulta de um trabalho de investigação lançado

por iniciativa da CASA DA IMPRENSA e conta a história da relação da nossa Associação com a sétima arte, nomeadamente a realização dos três primeiros festivais de cinema em Portugal, de 1963 a 1965, e de 18 ciclos de cinema, entre 1964 e 1980 e em 1995.

Ao abrigo do protocolo de cooperação celebrado entre a CASA DA IMPRENSA e o Cinema Ideal, em setembro realizou-se uma sessão especial destinada aos Associados, com a projeção do filme *Os Maias*, de João Botelho. A sessão contou com a presença do realizador, que apresentou a obra (o filme português mais visto durante o ano).

Na época do Natal os Associados da CASA DA IMPRENSA voltaram a ser convidados para três sessões de cinema, desta vez dedicadas ao público infantil, com a projeção de *O Papel de Natal*, uma animação portuguesa de José Miguel Ribeiro, e *O Garoto de Charlot* e *A Quimera do Ouro*, de Charles Chaplin.

Em março, numa parceria com a Associação José Afonso

(Núcleo de Lisboa), a CASA DA IMPRENSA participou na organização do concerto "Cantar Grândola, 40 anos depois", no Coliseu dos Recreios, evocativo do espetáculo que se realizou na mesma sala por iniciativa da CASA DA IMPRENSA um mês antes do 25 de Abril e no qual Grândola Vila Morena, a canção de José Afonso, seria escolhida pelos militares como a senha para o desencadear da Revolução.

A 8 de dezembro a CASA DA IMPRENSA assinalou o 60º aniversário da inauguração da atual sede associativa. A sessão substituiu a habitual cerimónia evocativa do aniversário da fundação da Associação, a 24 de abril de 1905, por na altura devida (abril-maio) decorrerem obras no edifício.

Na sessão foram homenageados a jornalista Manuela de Azevedo e os Associados que em 2014 completaram 50, 40 e 30 anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA.

Na homenagem a Manuela de Azevedo, que completou 103 anos de vida em 31 de agosto, a CASA DA IMPRENSA, em associação com o Museu Nacional da Imprensa, prestou público reconhecimento à sua dedicação ao jornalismo, fazendo também a pré-apresentação do seu próximo livro de contos, *O Pão que o Diabo Amassou*. A obra, a ser publicada em breve, foi apresentada pelo jornalista Luís Humberto Marcos, diretor do Museu Nacional da Imprensa, sedado no Porto.

Manuela de Azevedo, que é a mais idosa associada da Casa da Imprensa, foi presidente do Conselho Fiscal durante três mandatos consecutivos, entre 1981 e 1988.

6. SERVIÇOS

A prioridade dos Serviços Administrativos foi para o atendimento aos associados e para a informação focada no acesso aos benefícios das modalidades mutualistas.

Imediatamente após as obras de requalificação da Sede foi concluída uma nova arquitetura dos sistemas informáticos e de comunicações, cuja implantação tinha sido iniciada em 2013.

Foram também substituídos diversos equipamentos informáticos, nomeadamente para servir a expansão do

O programa da sessão incluiu um recital de música de câmara (W. A. Mozart e Roger Topliff), a cargo do *Divertrio* (Luís Ferrão e Sofia Cimbrom, clarinetes, e Diva Ventura, fagote), alunos da classe do Prof. Luís Correia, da Escola Superior de Música de Lisboa.

Em dezembro, também no salão nobre, foi inaugurada a exposição de fotografia "Caça Grossa", uma reportagem da autoria do fotojornalista António Pedrosa, vencedor da Bolsa Estação-Imagem de 2013.

A exposição marcou o início duma parceria entre a CASA DA IMPRENSA e a Estação-Imagem, a associação cultural sem fins lucrativos criada em 2007 para "estudar, debater e divulgar todos os aspetos ligados à imagem, com particular incidência na fotografia".

Apesar de previstos no Programa de Ação, foram adiados para 2015 o Prémio de Jornalismo CASA DA IMPRENSA e o Prémio Norberto Lopes de reportagem de imprensa.

Além das iniciativas próprias, as instalações da CASA DA IMPRENSA acolheram outras realizações, destacando-se entre elas a sessão comemorativa do 180º aniversário do Montepio Filarmónico, a mais antiga associação mutualista do país em atividade.

Em junho a CASA DA IMPRENSA foi o palco do lançamento do livro "O Nosso DN – Memória do Tempo", da autoria do jornalista Fernando Pires, ex-chefe de redação daquele matutino e ex-presidente do Conselho de Administração da nossa Associação. São coautores do livro outros 11 jornalistas, quase todos Associados da CASA DA IMPRENSA.

Posto Clínico da Sede e o alojamento do novo *site* institucional da Associação, cujo lançamento foi adiado para 2015.

Durante o ano foram renegociados diversos contratos, nomeadamente nos domínios dos seguros, higiene e limpeza, manutenção de equipamentos, assistência técnica aos sistemas de informação, fornecimento de energia e comunicações, visando a expansão das áreas utilizadas pelos Serviços Sociais e de Saúde e a redução de custos.

7. PATRIMÓNIO

Conforme estava previsto no Programa de Ação, aprovado em Assembleia Geral a 28 de novembro de 2013, foram realizadas obras para a requalificação da Sede associativa e a reabilitação do prédio da Casa DA IMPRENSA na R. do Loreto, em Lisboa (propriedade de investimento).

No primeiro caso as obras visavam renovar todas as infraestruturas do prédio, melhorar as condições de segurança e conforto na sua utilização e, especialmente, requalificar o Posto Clínico para cumprir todos os requisitos legais para o licenciamento de estabelecimentos de saúde privados. Visavam também dotar o Salão Nobre de melhores condições para a realização de eventos diversificados, da CASA DA IMPRENSA ou de outras entidades.

No prédio da R. do Loreto o objetivo era a reabilitação geral do edifício, que apresentava debilidades ao nível da segurança.

Pretendia-se também reduzir as despesas de manutenção e conservação, que consumiam aproximadamente um quinto das receitas geradas pelo edifício, e valorizá-lo para tornar possíveis novos contratos de arrendamento que garantam maior rendimento (que suportam os Serviços de Saúde).

A oportunidade das obras foi ditada por diversos fatores. Na sede, a maior parte dos investimentos feitos anteriormente (nomeadamente as obras do centenário, o elevador, etc.) ficavam integralmente amortizados em 2014 e 2015 e na R. do Loreto abria-se a possibilidade, com a alteração da lei do arrendamento urbano, de fazer novos contratos, em melhores condições financeiras (mais rendimentos para suportar os Serviços de Saúde).

Relativamente aos custos, o objetivo do Conselho de Administração era que, relativamente à Sede, após as obras

os (novos) custos de amortização não ultrapassassem os anteriormente existentes e que, na R. do Loreto, aumentasse o rendimento líquido (as rendas menos as despesas de conservação).

As últimas contas anuais disponíveis na altura (terceiro trimestre de 2013) eram relativas ao exercício de 2012. Neste ano os custos de amortização foram de 53.609,44 euros, dos quais 46.655,90 respeitavam a “ativos fixos tangíveis” e destes, 38.195,86 ao edifício e equipamento básico.

Quanto ao prédio da R. do Loreto, as rendas totalizavam 78.341,50 euros. Este rendimento era integralmente imputado às modalidades de Saúde, cujos gastos anuais eram de 579.552,78 euros. As rendas cobriam 15,9 por cento das despesas da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

Para financiar a obra da R. do Loreto o Conselho de Administração entendeu que podia mobilizar o Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

Trata-se de uma espécie de “reserva” da modalidade que, nos termos da lei (Código das Associações Mutualistas) e dos Estatutos, não pode financiar despesa corrente e se destina exclusivamente a suportar “benefícios futuros”. Era o caso, na medida em as obras constituíam um investimento para gerar mais rendimento no futuro e a modalidade de Cuidados de Saúde Primários é a destinataria única (ou maioritária em alguns anos) dos rendimentos prediais.

Em novembro de 2013, quando se debatia as Linhas Gerais de Orientação Estratégica e o Programa de Ação e o Orçamento para 2014, o Conselho de Administração pediu o parecer expresso do Conselho Geral, que foi favorável.

Na altura o Conselho de Administração previu que a verba a utilizar teria como limite o valor de 545 mil euros (o valor nominal dum lote de Obrigações do Tesouro do Fundo Próprio). Este montante destinava-se a cobrir o custo das obras e as indemnizações por denúncia de dois contratos de arrendamento que geravam rendas consideradas demasiado baixas.

A previsão do Conselho de Administração era que as obras decorressem entre janeiro e março na sede e de fevereiro-março a abril-maio na R. do Loreto.

Na Sede os trabalhos iniciaram-se nos primeiros dias do ano (2014) e prolongaram-se até ao princípio de junho. No entanto, nunca houve interrupção de serviços (nomeadamente consultas médicas) e o novo Posto Clínico (agora no piso 3) ficou pronto em fevereiro. Os serviços administrativos (agora piso 4) foram reinstalados no final de março. A reunião da Assembleia Geral para apreciar o Relatório e Contas de 2013 realizou-se já no Salão Nobre, remodelado, a 10 de abril de 2014. Os trabalhos que se prolongaram até junho foram circunscritos à entrada do prédio, escadas e cave e à instalação de alguns equipamentos (som e imagem) no Salão Nobre.

No prédio da R. do Loreto as obras iniciaram-se no cinema (na parte que competia à CASA DA IMPRENSA) e nos restantes pisos em março, decorrendo em fases sucessivas até

setembro-outubro nas frações com inquilinos ou destinadas a arrendamento e até novembro no piso reservado para a CASA DA IMPRENSA (para expandir o Posto Clínico, reinstalar os Serviços Sociais e criar o espaço de *cowork*) e no sótão (novo espaço para arquivos).

Na Sede, a inexistência de projetos e memória descritiva sobre a construção do prédio ditou algumas surpresas, que implicaram custos acrescidos e atrasos.

No prédio da R. do Loreto (uma construção pombalina que à partida se sabia estar muito degradada) as surpresas foram maiores, descobrindo-se que uma parte do prédio (as “zonas húmidas”, correspondentes às áreas de cozinhas e instalações sanitárias) apresentava o risco de colapso. O travejamento e os soalhos também estavam em pior estado do que se previa, pelo que foram necessários trabalhos de reforço de estrutura e substituição de pavimentos em vários pisos.

Além dos prazos, as estimativas iniciais de custos foram ultrapassados.

Na Sede, a estimativa inicial era de aproximadamente 280 mil euros, mas o custo final da obra foi de 317.018,60 euros.

Na R. do Loreto, previam-se inicialmente 360 mil euros, mas a obra ficou em 509.541,47 euros. A parte relativa às “zonas húmidas” representou um acréscimo superior a 130 mil euros. As indemnizações por privação de uso pagas aos inquilinos totalizaram 26.722,50 euros.

O Conselho de Administração considera que, apesar de as estimativas iniciais de custos terem sido ultrapassadas, os objetivos foram alcançados, tanto na qualidade dos trabalhos executados como no plano financeiro.

Na Sede, onde o limite fixado era o nível anterior das amortizações, os custos em 2015 e anos seguintes baixam relativamente ao período antes das obras. O orçamento para 2015, feito já com uma previsão dos custos das obras muito próxima do que se apurou no fecho de contas, prevê custos de depreciação e amortização de 44.220,57 (foram de 53.609,44 em 2012, como referido anteriormente).

No prédio da R. do Loreto, os contratos de arrendamento anteriores a 2013 e os novos que entretanto foram celebrados permitiram já em 2014 (apesar do prolongamento das obras e o atraso na efetivação de novos contratos) um rendimento de 87.900,34 euros (mais do que antes das obras) e no orçamento de 2015, com base em contratos reais (já em vigor), o valor das rendas ascende a 133.388,77 euros (foi de 78.341,50 em 2012, 73.592,75 em 2013 e 87.900,34 em 2014). De acordo com os contratos firmados este valor cresce para cerca de 150 mil euros em 2016 e cerca de 164 mil euros em 2017 (se não houver descontinuidade na locação).

A quebra de rendimentos financeiros do Fundo Próprio (que financiou as obras) é compensada pelo aumento dos rendimentos prediais, com um saldo positivo superior a 20 mil euros em 2015 que poderá duplicar até 2017.

As contas apresentadas têm em conta que em 2014 a reserva especial criada para financiar as obras foi reforçada (ver capítulo sobre Finanças, nas páginas seguintes).

8. FINANÇAS

Resultados do exercício

As contas do exercício de 2014 evidenciam um resultado líquido positivo numa base comparável de 19.342,73 euros, menos 5.230,63 euros que no ano anterior, mas 680,51 euros acima do orçamento aprovado em Assembleia Geral.

O resultado contabilístico, porém, é de 4.352.452,32 euros, em consequência da reavaliação do ativo imobilizado feita após a conclusão das obras de requalificação da Sede associativa e de reabilitação do prédio de rendimento da R. do Loreto, em Lisboa.

A reavaliação do ativo imobilizado, que é uma imposição legal, faz o reconhecimento nas contas do valor atual dos prédios (a Sede, a Delegação do Porto e o prédio da R. do Loreto, em Lisboa).

Este reconhecimento é feito de acordo com regras contabilísticas que estão estabelecidas legalmente, uma das quais determina que, no caso das “propriedades de investimento”, que é o caso do prédio da R. do Loreto, o seu valor integral é inscrito no Balanço e a variação deste valor (relativamente ao que estava inscrito antes) constitui um “ganho” do exercício que é obrigatoriamente refletido na demonstração de resultados do ano.

O prédio da R. do Loreto, que é propriedade da CASA DA IMPRENSA desde 1925, não tinha o seu valor reconhecido no Balanço, razão pela qual a demonstração de resultados do exercício apresenta um “resultado extraordinário” de 4.333.109,59 euros (ver “Demonstração de resultados por naturezas”, pág. 20).

O valor de 4.333.109,59 euros é a diferença entre o valor por que o prédio foi avaliado (4.365.000,00 euros) e o valor das amortizações constituídas à medida que foram sendo realizadas obras de conservação e manutenção

nos últimos anos (16.890,41).

Quanto ao edifício da Sede e à Delegação do Porto, os seus valores estavam reconhecidos no Balanço, mas estavam desatualizados.

No entanto, ao contrário do que acontece com as “propriedades de investimento”, a atualização do valor da Sede e da Delegação não tem impacto na demonstração de resultados do exercício, por se tratar de “ativos fixos tangíveis” (em termos contabilísticos), cuja utilização se destina exclusivamente aos fins estatutários da Associação.

No Balanço, o valor atribuído à Sede era de 368.388,06 euros e passou a ser de 1.420.000,00, o “justo valor” proposto pelo perito avaliador. A Delegação do Porto (cinco salas independentes e dois estacionamento) tinha o valor de 106.550,14 euros, que foi atualizado para 295.000,00 euros.

Estas correções são a principal causa para o aumento do ativo total (o “valor”, em termos financeiros, da CASA DA IMPRENSA, que abrange também os fundos). O ativo total passou de 16.884.817,82 euros para 22.336.815,19 euros, um acréscimo de 5.451.997,37 euros (+32,3%)

O reconhecimento do valor atual dos prédios foi feito em dezembro, após avaliação feita por perito independente, certificado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e inscrito na Associação Nacional de Avaliadores Imobiliários e na Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia.

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício com e sem os efeitos da reavaliação do imobilizado, para melhor identificação da atividade corrente da CASA DA IMPRENSA durante o ano de 2014.

RESULTADOS LÍQUIDOS (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

	S/ reavaliação do imobilizado				C/ reavaliação do imobilizado			
	2014	2013	Difª		2014	2013	Difª	
			(€)	(%)			(€)	(%)
Resultado líquido	19.342,73	24.573,16	-5.230,43	-21,3%	4.352.452,32	24.573,16	4.327.879,16	17612,2%

Mesmo sem os efeitos da reavaliação do imobilizado, as contas do exercício refletem custos relativos à realização da obra de requalificação do edifício da sede.

Trata-se de custos “marginais” que pelas regras contabilísticas não podem ser diferidas para amortizações ao longo de toda a vida útil das benfeitorias realizadas, como estudos, projetos, direção e fiscalização da obra, licenças e outros custos diretos, bem como acréscimos nos custos correntes motivados pelas obras e custos de depreciação. O montante global destes custos diretamente causados pela realização das obras e que estão integralmente refletidos nas contas do exercício é de 41.649 euros.

O custo das obras propriamente ditas não está refletido nas contas do exercício.

As obras do prédio da R. do Loreto tiveram um custo de 509.541,47 euros que foi integralmente coberto pela reserva especial criada para o efeito, a partir duma dotação do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde

Primários (a modalidade que beneficia dos rendimentos gerados pelo arrendamento do edifício).

Quanto à Sede, os custos são diferidos durante a vida útil das benfeitorias realizadas, pelo que, em termos de demonstração de resultados, só aparecerão nos próximos exercícios como custos de amortização.

O custo global das obras de requalificação da Sede foi de 317.018,60 euros e o custo anual das amortizações ficará abaixo dos que havia em 2012 porque entretanto alguns investimentos anteriores (obras do centenário, elevador, etc.) foram sendo integralmente amortizados ou sê-lo-ão até 2015.

Ou seja, a realização das obras não desequilibrou as contas no ano em que se realizaram nem determinará um agravamento de custos nos anos seguintes (pelas razões anteriormente expostas no caso da Sede, e porque, no caso do prédio da R. do Loreto, a redução dos rendimentos financeiros causada pela utilização do Fundo Próprio

é compensada pelo aumentos dos rendimentos gerados pelos contratos de arrendamento).

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, sem resultados extraordinários e ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CASA DA IMPRENSA, Esta

metodologia facilita a comparação com exercícios anteriores, ainda que, como referido anteriormente, o exercício de 2014 seja afetado pelos custos das obras na Sede.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2014	2013	Difª	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	319 396,47 €	319 005,45 €	391,02 €	0,1%
Quotizações e jóias	254 421,85 €	245 067,60 €	9 354,25 €	3,8%
Credenciais e Senhas de consulta	64 974,62 €	73 937,85 €	-8 963,23 €	-12,1%
Provisões específicas do sector	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Proveitos comuns	306 275,74 €	323 350,57 €	-17 074,83 €	-5,3%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Prestações de serviços	138 462,76 €	135 074,32 €	3 388,44 €	2,5%
Subsídios, doações e legados	11 354,02 €	19 054,45 €	-7 700,43 €	-40,4%
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	104 896,22 €	92 267,60 €	12 628,62 €	13,7%
Juros e outros rendimentos similares	51 562,74 €	76 954,20 €	-25 391,46 €	-33,0%
Total de rendimentos e ganhos	625 672,21 €	642 356,02 €	-16 683,81 €	-2,6%
Custos diretos das modalidades mutualistas	226 154,21 €	226 256,39 €	-102,18 €	0,0%
Subsídios, donativos, bolsas de estudo (SA + CSP)	7 750,00 €	7 700,00 €	50,00 €	0,6%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	42 873,24 €	40 457,82 €	2 415,42 €	6,0%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	158 838,10 €	158 525,13 €	312,97 €	0,2%
Outros custos inerentes a associados (CSP)	12 230,42 €	11 616,29 €	614,13 €	5,3%
Provisões específicas do sector (CPM)	4 462,45 €	7 957,15 €	-3 494,70 €	-43,9%
Custos comuns	380 175,27 €	391 526,47 €	-11 351,20 €	-2,9%
Custo das vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	146 078,57 €	139 113,47 €	6 965,10 €	5,0%
Custos com o pessoal	181 673,88 €	200 109,78 €	-18 435,90 €	-9,2%
Gastos de depreciação e amortização	43 516,69 €	44 284,86 €	-768,17 €	-1,7%
Perdas por imparidade	0,00 €	707,49 €	-707,49 €	-100,0%
Outros gastos e perdas	8 906,13 €	7 310,87 €	1 595,26 €	21,8%
Total de gastos e perdas	606 329,48 €	617 782,86 €	-11 453,38 €	-1,9%
RESULTADO LÍQUIDO (s/ reavaliação do imobilizado)	19 342,73 €	24 573,16 €	-5 230,43 €	-21,3%

Em 2014 os rendimentos e ganhos totalizaram 625.672,21 euros, que comparam com 642.356,02 euros apurados em 2013, uma diferença de menos 16.683,81 euros (-2,6%).

Daquele montante, 319.396,47 euros (51,1% do total de rendimentos e ganhos) resultam do esforço direto dos associados, correspondendo ao valor pago em joias e quotas (254.421,85 euros) e em credenciais e senhas de consultas (64.974,62 euros).

Os proveitos comuns às diversas modalidades mutualistas totalizaram 306.275,74 euros (48,9% do total de rendimentos e ganhos), com destaque para a prestação de serviços (138.462,76 euros). Destacam-se também os rendimentos prediais (que correspondem à rubrica “outros rendimentos e ganhos”), com 104.896,22 euros – mais 12.628,62 euros que em 2013, apesar do atraso na conclusão das obras de reabilitação do prédio da R. do Loreto e, consequentemente, do início de novos contratos de arrendamento.

Os rendimentos financeiros, pelo contrário, tiveram uma quebra de 25.391,46 euros (menos 33,0%). Esta redução deve-se principalmente à constituição da reserva especial

para financiar as obras, feita a partir do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (que assim gerou menos rendimento) e também pela baixa dos juros de depósitos a prazo.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 226.154,21 euros (37,3% do total de gastos e perdas), estabilizando relativamente ao exercício anterior (menos 102,18 euros).

Daquele total, 7.750,00 euros respeitam a bolsas de estudo e subsídios pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM), 171.068,52 euros (78,6% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e 42.873,24 euros (18,9%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar.

Os custos comuns correspondem a 62,7 por cento do total de gastos e perdas, passando de 391.526,47 euros em 2013 para 380.175,27 euros em 2014, uma redução de 11.351,20 euros (-2,9%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os de pessoal (181.673,88 euros, menos 18.435,90 que no ano anterior) e os fornecimentos e serviços externos, que

tiveram um acréscimo de 6.965,10 euros (5,0%) ao passarem de 139.113,47 euros em 2013 para 146.078,57. É principalmente nesta rubrica que estão contabilizados os custos diretos das obras que não foram levados à conta de amortizações (mais de 40 mil euros, como referido anteriormente).

Na comparação das contas do exercício de 2014 com as do ano anterior verifica-se uma estabilização dos custos diretos dos benefícios mutualistas e um decréscimo dos

custos comuns (-2,9).

Verifica-se também que se mantém a tendência para o aumento (+3,8%) do produto de quotizações e joias, que no entanto foi praticamente anulado com a diminuição das receitas da emissão de credenciais (menos 8.963,23 euros). Esta redução é uma consequência da quebra do número de consultas no Posto Clínico e ao abrigo de *convénios* e da maior utilização do *cartão de saúde* para consultas externas.

Resultados das modalidades

Todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos no exercício de 2014.

A modalidade de Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez por acidente e que suporta as iniciativas culturais, teve um resultado líquido positivo de 6.002,06 euros, que compara com os 6.162,84 euros apurados em 2013 (-2,6%). Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 32.161,23 euros, para um volume de gastos e perdas de 26.159,16 euros.

A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 54.497,15 euros.

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) teve um resultado líquido de 4.007,00 euros, menos 36,8% que os 6.340,80 euros de 2013. Os proveitos totais ascenderam a 446.019,30 euros, apurando-se um total de gastos e perdas de 442.012,30 euros.

O valor patrimonial do Fundo Próprio respetivo era de 769.157,79 euros a 31 de dezembro, já depois de destacada uma dotação de 205.819,20 euros para reforço da

reserva especial destinada a suportar os custos com a denúncia de contratos de arrendamento e a realização de obras de reabilitação do prédio de rendimento da R. do Loreto.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou um resultado líquido de 2.726,77 euros, menos 3.398,87 euros (-19,8%) que no ano anterior. O total de proveitos foi de 117.004,70 euros e os custos globais, 114.277,92 euros, valores quase inalterados relativamente a 2013.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 70.059,39 euros.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 6.606,90 euros, menos 23,8% que os 8.670,85 euros de 2013.

O Fundo Permanente da modalidade apresentava a 31 de dezembro um património líquido de 345.820,43 euros, com provisões matemáticas de 178.787,43 euros (um grau de cobertura de 193,43 por cento).

O quadro seguinte compara os resultados líquidos das modalidades mutualistas em 2014 e 2013.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2014 (€)	2013 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	6 002,06	6 162,84	-160,78	-2,6%
Cuidados de Saúde Primários	4 007,00	6 340,80	-2 333,80	-36,8%
Internamento Hospitalar	2 726,77	3 398,67	-671,90	-19,8%
Capitais por Morte	6 606,90	8 670,85	-2 063,95	-23,8%
Total	19 342,73	24 573,16	-5 230,43	-21,3%

Na imputação dos custos e proveitos comuns às modalidades foram adotados critérios que garantem a autonomia de cada uma, no respeito pelas disposições legais e impedindo a subsidiação de umas pelas outras.

O valor contabilístico do conjunto dos fundos mutualistas era, em 31 de dezembro de 2014, de 1.181.887,22 euros, menos 179.240,91 euros (-13,2%), depois de destacada

uma dotação suplementar de 205.819,20 euros para o reforço da reserva especial criada em 2013 para financiar as obras de reabilitação do prédio da R. do Loreto.

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2014 (antes da aplicação de resultados do exercício de 2014, que se segue a este relatório):

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2014 (€)	2013 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	54 497,15	48 950,59	5 546,56	11,3%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	769 157,79	969 270,27	-200 112,48	-20,6%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	70 059,39	67 000,59	3 058,80	4,6%
Fundo Permanente Capitais por Morte	288 172,89	275 906,68	12 266,21	4,4%
Total	1 181 887,22	1 361 128,13	-179 240,91	-13,2%

Fundos autónomos

O Fundo de Ação Social (FAS), que suporta a ação social em favor dos jornalistas e seus familiares, teve um resultado líquido no exercício de 247.283,96 euros, mais 6.942,46 euros (+2,9%) que o valor orçamentado.

O saldo apurado corresponde a 47,1 por cento do rendimento total, líquido de encargos administrativos e financeiros e da inflação.

A 31 de dezembro, o saldo do fundo era de 14.410.610,18 euros.

A verba utilizada ao abrigo do Regulamento de Benefícios ascendeu a 278.328,41 euros, que compara com o total de custos operacionais de 226.138,95 euros do exercício de 2013 (mais 52.189,46 euros, ou +23,1%) mas é inferior em 18.191,66 euros (-7,0%) ao valor orçamentado.

O resultado apurado acomoda uma dotação extraordinária de 37.563,46 euros a favor do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar, destinada ao reforço das proviões matemáticas, para garantia das responsabilidades do pagamento de pensões de reforma e sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas. Em 31 de dezembro, o valor patrimonial do (FASC), era de 259.162,83 euros.

No fecho do exercício o valor patrimonial do Fundo Norberto Lopes, criado para suportar o Prémio de Reportagem de imprensa com o nome do instituidor, era de 36.038,04 euros.

O quadro seguinte sintetiza a evolução do valor patrimonial dos fundos autónomos:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

	2014 (€)	2013 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 410 610,18	14 163 326,22	247 283,96	1,7%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	259 162,83	255 637,11	3 525,72	1,4%
Fundo Norberto Lopes	36 038,04	35 123,28	914,76	2,6%
Total	14 705 811,05	14 454 086,61	251 724,44	1,7%

Carteira de ativos financeiros

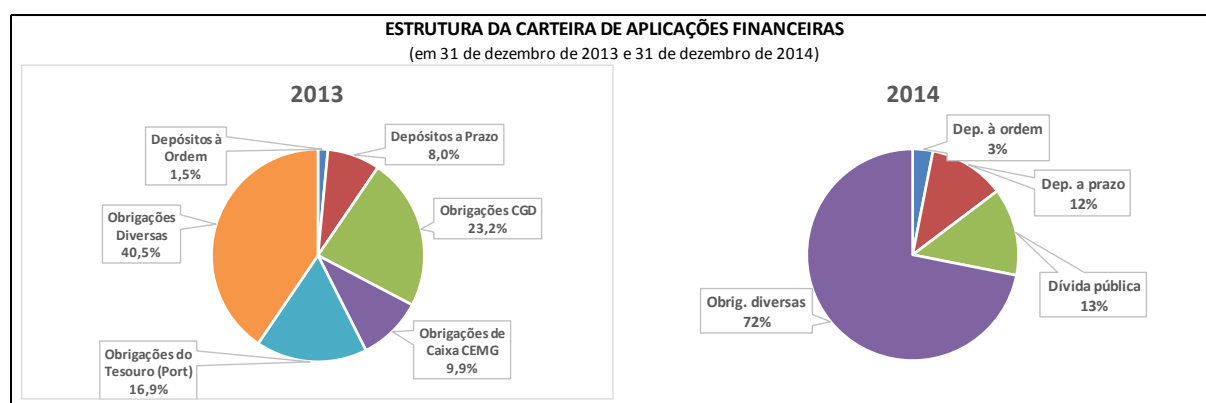
Em 31 de dezembro de 2014 o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão da CASA DA IMPRENSA era de 15.001.184,47 euros. O seu valor de mercado, à mesma data, era de 16.397.452,80 euros, uma valorização de 9,3%.

Daquele total, 444.984,47 euros (2,9%) correspondiam a depósitos à ordem e 1.909.600,00 (12,73%) a depósitos a prazo. O valor das Obrigações do Tesouro era de

1.925.000,00, correspondente a 12,8% do total, e o das obrigações diversas, de entidades portuguesas e estrangeiras, 10.721.600,00 euros (71,47%).

Faziam parte da carteira títulos de dívida de 42 entidades emittentes de 15 mercados, correspondentes a 58 emissões, todas com taxa fixa.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014:



Despesas de representação

A contabilidade regista em 2014 um custo global relativo a despesas de representação de 3.106,20 euros (2.093,00 em 2013). Este valor respeita exclusivamente a despesas com deslocações e estacionamento feitas pelos titulares

dos órgãos sociais e colaboradores permanentes da Associação (Serviço de Saúde e Serviço Social).

As despesas imputáveis ao Conselho de Administração totalizaram 1.807,10 euros (1.730,10 euros em 2013).

Consignação fiscal, doações e donativos

Em 2014 a CASA DA IMPRENSA não estava habilitada à consignação fiscal, um benefício previsto na legislação tributária que permite que os contribuintes, sem acréscimo de encargos, possam determinar que 0,5 por cento do imposto que pagam ao Estado em sede de IRS seja entregue a uma instituição privada de solidariedade social (IPSS) fiscal ou a uma confissão religiosa.

O produto da consignação do IRS é entregue às instituições sociais no ano a seguir à liquidação do imposto, o que por sua vez acontece no ano a seguir àquele em que foram auferidos os rendimentos tributados. Mas a habilitação das instituições, que depende, entre outros fatores, de não terem dívidas ao fisco e à Segurança Social, é feita com base na informação relativa ao ano anterior.

A não habilitação da CASA DA IMPRENSA deveu-se ao facto de a Segurança Social, erradamente, ter considerado que a nossa Associação tinha uma dívida em 2011. O erro foi reparado na sequência de diligências feitas pelo Conselho de Administração em funções em 2011, mas a habilitação ficou prejudicada pelo esgotamento de prazos.

Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 37.563,46 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades futuras

Dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa

Em 30 de novembro de 2013, a CASA DA IMPRENSA foi notificada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou naquele tribunal uma ação administrativa contra a associação e o presidente do Conselho de Administração visando a restituição de parte das verbas recebidas para a regularização da dívida, ainda não totalmente liquidada, relativa ao adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários não cobrado por aquele instituto entre 1995 e 1997.

A dívida, originada pelo boicote dos jornais diários ao adicional, que legalmente competia ao IGFSS cobrar e que este sempre reconheceu e repetidamente se comprometeu a saldar – tal como a respetiva tutela política, a Secretaria de Estado da Segurança Social –, tinha um valor inicial de 2.075.398,69 euros. Deste montante, o IGFSS apenas pagou à CASA DA IMPRENSA, entre 2000 e 2008, 1.364.205,72 euros, estando ainda liquidar 711.192,97.

Na petição que entregou no tribunal, o IGFSS pede a restituição de 997.595,79 euros, relativos a um adiantamento feito em 2000 quando o montante da dívida ainda não estava calculado e reconhecido por todas as partes (Associação da Imprensa Diária, IGFSS e CASA DA IMPRENSA).

Depois daquele adiantamento, entre 2005 e 2008 o IGFSS pagou à CASA DA IMPRENSA mais 366.609,93 euros, que cobrou aos jornais diários ao abrigo de contratos pelos

A CASA DA IMPRENSA recebeu 28.012,95 euros de consignação fiscal em 2012 (relativos a rendimentos de 2010 e a imposto liquidado em 2011) e recebeu mais 18.942,55 euros relativos à coleta de 2012 (rendimentos de 2011 e liquidação do IRS de 2012). Em 2014, recebeu 871,53 euros relativos a acertos de anos anteriores (liquidações fora de prazo).

Além desta verba, recebeu 10.482,49 euros de donativos, dos quais 10.000,00 euros correspondem a um donativo da empresa Loviril – Construção Civil, Lda. e 482,49 euros a donativos diversos, maioritariamente de Associados.

A Loviril é a empresa à qual, após consulta limitada de mercado, foram adjudicados os contratos das empreitadas relativas às obras na Sede e no prédio de investimento da R. do Loreto.

No final do ano o Associado Afonso Cautela informou o Conselho de Administração de que pretende doar à CASA DA IMPRENSA parte do seu espólio, nomeadamente livros e documentação sobre temas ambientais e infantis. Uma primeira parte desta doação foi entregue ainda em 2014, para ser incluída na biblioteca, disponível para consulta.

com o pagamento de pensões de complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, integrado na Casa da Imprensa em 1992.

Depois das liquidações feitas no exercício de 2012, não há dívidas entre fundos.

quais se assumiu como credor e aqueles como devedores. Desde 2008, cobrou mais 317.739 euros, que não transferiu para a CASA DA IMPRENSA nem sobre o assunto deu qualquer informação. A CASA DA IMPRENSA não foi parte nem foi informada da existência dos contratos.

Na ação o IGFSS alega que o adiantamento foi ilegal, tal como o despacho do secretário de Estado que o autorizou (a pedido do instituto). Alega igualmente que foram irregulares os seus próprios procedimentos internos.

A ação judicial acolhe as conclusões do relatório duma auditoria feita ao IGFSS pelo Tribunal de Contas (TC) em 2009, que considera ilegais o adiantamento pago à CASA DA IMPRENSA e o despacho governamental que o autorizou. O relatório aponta também diversas irregularidades nos procedimentos internos do IGFSS. Mas não questiona a dívida à CASA DA IMPRENSA nem o seu direito a ser ressarcida, como ao longo dos anos o Governo e o IGFSS sempre se comprometeram a fazer.

A 13 de janeiro de 2014 a CASA DA IMPRENSA contestou a ação e pediu ao Tribunal que a julgue improcedente. Pede também que o instituto seja condenado a pagar-lhe o montante que ainda lhe deve.

O processo corre os seus trâmites no Tribunal e a CASA DA IMPRENSA, tendo em conta a sua expectativa quanto ao desfecho da ação, baseada, entre outros fatores, na opinião dos advogados, decidiu não constituir provisão para processos judiciais.

9. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

	<i>Sem reavaliação dos imóveis</i>	<i>Com reavaliação dos imóveis</i>
Nº de Associados	1928	
Nº médio de Trabalhadores	8	
Total do Ativo	16.786.555,98 €	22.336.865,17 €
Fundos	1.003.099,79 €	
Reservas	14.574.783,60 €	
Excedentes de revalorização de ativos	90.795,23 €	1.217.149,62 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	62.859,42 €	4.395.969,01 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	19.342,73 €	4.352.452,32 €
Resultado líquido	19.342,73 €	4.352.452,32 €

10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;
- o Conselho Geral, pelo seu contributo para a discussão das orientações estratégicas da CASA DA IMPRENSA;
- os associados em geral, pela sua participação na vida associativa;
- os membros do corpo clínico dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, em Lisboa e no Porto, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;
- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade constante e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;
- os autores dos projetos e as empresas que executaram

as obras de requalificação da Sede associativa e de reabilitação do prédio da R. do Loreto, em Lisboa, nomeadamente o Engº Orlando Ochoa Videira (fiscalização da obra); o Atelier José Vaz Pires, Arquitetura e Planeamento, Lda. e os Arqs. José Vaz Pires (sócio-gerente), Fernando Pinto Coelho (coordenação dos projetos de arquitetura) e Valéria Salema; os Engºs António Reis Cunha (estabilidade, águas e saneamento) e António Nunes (eletricidade e infraestruturas de telecomunicações); e a Loviril – Construção Civil, Lda. e os Engºs João Rosa (sócio-gerente) e José Rosa (coordenador da obra);

- o Associado Afonso Cautela, pela doação de livros e documentação, e demais pessoas singulares ou coletivas que beneficiam a CASA DA IMPRENSA com donativos e consignação fiscal;
- a Microsoft International e a Microsoft Portugal, pelo licenciamento gracioso de *software*.

11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

4.352.452,32 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
Fundo de Solidariedade Associativa	5.401,86 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	3.606,30 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	2.454,10 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	5.946,21 €
Fundo de Reserva Geral	1.934,27 €
Reserva Especial para a Valorização do Património	4.333.109,59 €

12. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições, empresas e pessoas referidas no ponto 10.
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Adelino Carlos Ferreira Cardoso, Mário Augusto de Pinho Branco, António Luís Rodrigues, Emídio Arnaldo Freitas Rangel, Filipe Manuel Anjos Leandro

Martins, Alfredo Rui Craveiro Camacho, Abel Soeiro Figueiredo, Maria de Fátima Alves Saramago, Maria Glória Costa Lopes, Maria Fátima da Silva Teixeira de Almeida, Joaquina Maria Pereira Torrejais Serrano, Maria Fernanda dos Prazeres Peres e Rui Mário Sá Osório Tovar de Carvalho.

Lisboa, 17 de março de 2015

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)

Lurdes Ferreira (Vice-Presidente)

Carlos Lobato (Vogal)

Margarida Gomes (Vogal)

Sandro Arruda (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	1 762 669,05	219 606,89
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 5	62 324,80	62 324,80
Propriedades de investimento	3.2.2 e 6	4 365 000,00	6 866,76
Ativos intangíveis	3.2.3 e 7		3 226,56
Investimentos financeiros	3.2.4 e 15.2	250 005,47	1 170 176,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		6 439 999,32	1 462 201,67
Ativo corrente			
Inventários	3.2.5 e 8	19 152,35	18 909,87
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	26 328,68	412,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	6 599,53	7 453,66
Outras contas a receber	3.2.6 e 12.2	15 171 205,25	14 907 489,30
Diferimentos	12.2	3 051,46	3 239,73
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3.2.6 e 12.3	670 478,60	485 111,02
		15 896 815,87	15 422 616,15
Total do Ativo		22 336 815,19	16 884 817,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.7 e 15.1		
Fundos		1 003 099,79	1 186 803,15
Excedentes técnicos			
Reservas		14 574 783,60	14 564 882,29
Resultados transitados	2.4	90 216,88	(578,35)
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 5	1 217 149,62	90 795,23
Outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		16 947 574,69	15 904 227,12
Resultado líquido do período		4 352 452,32	24 573,16
Total do fundo de capital		21 300 027,01	15 928 800,28
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	3.2.8 e 10	178 787,43	174 324,98
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		178 787,43	174 324,98
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.6 e 12.4	25 345,26	12 878,26
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	6 562,08	5 893,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	3 946,70	3 146,70
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	12.5	726 388,77	722 247,71
Outras contas a pagar	3.2.6 e 12.5	95 757,94	37 526,15
Outros passivos financeiros			
		858 000,75	781 692,56
Total do passivo		1 036 788,18	956 017,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22 336 815,19	16 884 817,82

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Lurdes Ferreira (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira
(TOC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	3.2.10 e 9	457 859,23	454 079,77
Subsídios, doações e legados à exploração	11	11 354,02	19 054,45
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8		
Fornecimentos e serviços externos	15.4	(146 078,57)	(139 113,47)
Gastos com o pessoal	3.2.11 e 13	(181 673,88)	(200 109,78)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.8 e 10	(4 462,45)	(7 957,15)
Outras imparidades (perdas/reversões)	15.2		(707,49)
Aumentos/reduções de justo valor	3.2.2 e 6	4 333 109,59	
Outros rendimentos e ganhos	3.2.10 e 9	156 458,96	169 221,80
Outros gastos e perdas	15.5	(230 597,89)	(225 610,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 395 969,01	68 858,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(43 516,69)	(44 284,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 352 452,32	24 573,16
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		4 352 452,32	24 573,16
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.9		
Resultado líquido do período		4 352 452,32	24 573,16

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Lurdes Ferreira (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Margarida Gomes (vogal)

Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira

(TOC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	322 597,71	337 248,11
Pagamentos de subsídios	3 200,00	4 800,00
Pagamentos de apoios	44,25	553,45
Pagamento de bolsas	3 750,00	4 500,00
Pagamentos a fornecedores	326 963,00	338 439,84
Pagamentos ao pessoal	186 091,35	209 946,62
Caixa gerada pelas operações	(197 450,89)	(220 991,80)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	9 342,36	16 977,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(188 108,53)	(204 014,36)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	35 016,94	161,99
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	429 227,02	379 548,10
Outros activos	897 273,99	246 995,42
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		681,04
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1 255 530,68	646 760,00
Outros activos	69 751,99	81 087,74
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	57 348,63	84 406,66
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	21 113,35	433 225,35
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	138 462,76	135 074,32
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		211,81
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	138 462,76	134 862,51
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(28 532,42)	117 078,08
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	154 111,02	37 032,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	125 578,60	154 111,02

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Lurdes Ferreira (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Margarida Gomes (vogal)

Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira

(TOC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	1 641 792,46	0,00	14 052 109,71	(578,35)	0,00	90 795,23	62 324,80	39 759,10	15 886 202,95	0,00	15 886 202,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(454 989,31)		512 772,58					(39 759,10)	18 024,17		18 024,17
	2	(454 989,31)	0,00	512 772,58	0,00	0,00	0,00	0,00	(39 759,10)	18 024,17	0,00	18 024,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								24 573,16	24 573,16		24 573,16
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(15 185,94)	42 597,33	0,00	42 597,33
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+4+5	1 186 803,15	0,00	14 564 882,29	(578,35)	0,00	90 795,23	62 324,80	24 573,16	15 928 800,28	0,00	15 928 800,28

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	1 186 803,15	0,00	14 564 882,29	(578,35)	0,00	90 795,23	62 324,80	24 573,16	15 928 800,28	0,00	15 928 800,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					90 795,23		1 126 354,39			1 217 149,62		1 217 149,62
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(183 703,36)		9 901,31					(24 573,16)	(198 375,21)		(198 375,21)
	7	(183 703,36)	0,00	9 901,31	90 795,23	0,00	1 126 354,39	0,00	(24 573,16)	1 018 774,41	0,00	1 018 774,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								4 352 452,32	4 352 452,32		4 352 452,32
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								4 327 879,16	5 371 226,73	0,00	5 371 226,73
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	11=6+7+8+10	1 003 099,79	0,00	14 574 783,60	90 216,88	0,00	1 217 149,62	62 324,80	4 352 452,32	21 300 027,01	0,00	21 300 027,01

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Lurdes Ferreira (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira
(TOC 3301)

FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2014	31/12/2013
ACTIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros	12 614 648,58	12 856 127,58
	12 614 648,58	12 856 127,58
Activo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	5 700,00	770,00
Outras contas a receber	348 285,15	444 744,35
Caixa e depósitos bancários	1 449 501,44	874 306,99
	1 803 486,59	1 319 821,34
Total do activo	14 418 135,17	14 175 948,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	14 163 326,22	13 846 274,74
Resultados transitados	(2 210,51)	(2 210,51)
	14 161 115,71	13 844 064,23
Resultado líquido do período	247 283,96	317 051,48
Total do fundo de capital	14 408 399,67	14 161 115,71
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1 193,00	1 526,50
Outras contas a pagar	8 542,50	13 306,71
	9 735,50	14 833,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	14 418 135,17	14 175 948,92

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2014	2013
Vendas e serviços prestados	0,00	0,00
Custos inerentes a associados	(139 865,65)	(91 064,63)
Custos da prestação de serviços	(138 462,76)	(135 074,32)
Fornecimentos e serviços externos	(18 484,83)	(48 072,76)
Provisões (aumentos/reduções)	(97 650,62)	(71 078,24)
Outras imparidades (perdas/reversões)	1 223,12	18 341,95
Juros obtidos	640 524,70	650 523,18
Outros gastos e perdas	0,00	(6 523,70)
Resultado líquido do período	247 283,96	317 051,48

FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2014	31/12/2013
ACTIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros		39 600,00
		39 600,00
Activo corrente		
Pensionistas		
Outras contas a receber	4 853,97	6 512,12
Caixa e depósitos bancários	255 256,81	212 984,88
	260 110,78	219 497,00
Total do activo	260 110,78	259 097,00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	(35 369,94)	27 667,67
Resultados transitados	5 519,65	5 519,65
	(29 850,29)	33 187,32
Resultado líquido do período	16 094,57	(63 037,61)
Total do fundo de capital	(13 755,72)	(29 850,29)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	258 702,46	269 297,08
Subsídio por Morte	14 216,09	16 190,32
	272 918,55	285 487,40
Passivo corrente		
Pensionistas	947,95	888,00
Outras contas a pagar		2 571,89
	947,95	3 459,89
Total do passivo	273 866,50	288 947,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	260 110,78	259 097,00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2014	2013
Subsídios, doações e legados à exploração	37 563,46	
Fornecimentos e serviços externos	(1 235,85)	(2 529,54)
Pensões	(41 178,36)	(45 616,50)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	12 568,85	(22 422,05)
Outras imparidades (perdas/reversões)	400,00	250,00
Juros obtidos	7 976,47	7 280,48
Resultado líquido do período	16 094,57	(63 037,61)

FNL - FUNDO NORBERTO LOPES

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2014	31/12/2013
ACTIVO		
Activo corrente		
Outras contas a receber	268,55	736,28
Caixa e depósitos bancários	36 341,41	34 958,92
Total do activo	36 609,96	35 695,20
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	35 123,28	38 287,24
Resultados transitados	571,92	571,92
	35 695,20	38 859,16
Resultado líquido do período	914,76	(3 163,96)
Total do fundo de capital	36 609,96	35 695,20
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	36 609,96	35 695,20

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2014	2013
Fornecimentos e serviços externos	(0,50)	
Prémios		(4 615,38)
Juros obtidos	915,26	1 451,42
Resultado líquido do período	914,76	(3 163,96)

D.

ANEXO

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca nº 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de Abril de 1905, pessoa coletiva nº 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso nº 6726-B/2011 de 10 de Março. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2013, exceto nas rubricas de investimentos – propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis, objeto de reavaliação.

2.4 — Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Com a alteração do normativo contabilístico em 2012 foram desreconhecidos valores constantes do imobilizado incorpóreo que não reuniam as condições para serem reclassificados em ativos intangíveis. Os ajustes da transição, no valor de 578,35€, foram reconhecidos em resultados transitados.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 — Outras políticas contabilísticas

3.2.1 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 20 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciables.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

As propriedades de investimento são valorizadas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Subsequentemente podem ser mensuradas de acordo com o modelo do custo ou do justo valor.

No modelo do custo as propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os critérios de depreciação, vidas úteis e taxas são os mesmos enunciados para os ativos fixos tangíveis.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações de entidades especializadas que refletem o valor atual da propriedade de investimento no mercado. A variação ocorrida entre o justo valor no início e no fim do período é reconhecida em resultados do exercício. As depreciações são reconhecidas até ao momento da transição de modelos.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou melhorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas.

3.2.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.4 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantém os critérios de valorização dos títulos:

- a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;

- nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;

- não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento.

O desreconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

3.2.5 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.6 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 30 dias e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Englobam-se sob este título os fornecedores de imobilizado e os empréstimos obtidos de outros fundos geridos pela Entidade. Estas dívidas estão registadas pelo valor nominal e não vencem juros.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

Em 2013, após consulta e parecer favorável do Conselho Geral, o Conselho de Administração destacou do Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários uma dotação para uma reserva especial destinada a financiar o pagamento de indemnizações por denúncia de contratos de arrendamento, a reabilitação do prédio da Rua do Loreto e a requalificação do posto clínico da sede. Em 2014 esse fundo foi reforçado na exata medida dos valores efetivamente suportados.

3.2.8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.9 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC.

3.2.10 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento referem-se ao arrendamento do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.11 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de Dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.12 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em Janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de Dezembro.

Regista também o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro e na Lei nº 16/2001, de 22 de Junho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Ao longo do exercício a Entidade procedeu a obras de profunda requalificação do imóvel da Rua da Horta Seca em Lisboa, tendo em consequência promovido a avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente. Em 31 de Dezembro decidiu revalorizar os seus imóveis para a quantia apurada e constante do relatório do avaliador, onde estão explanados os métodos e pressupostos significativos aplicados para a estimativa do justo valor dos ativos, incluindo os critérios de repartição entre o terreno e o edificado. Esta revalorização traduziu-se na obtenção dos seguintes excedentes:

Excedentes de Revalorização	Saldo em 31/12/2014
Sede - Lisboa	1.028.699,76
Delegação - Porto	188.449,86
	<u>1.217.149,62</u>

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014
Bens do património histórico e artístico e cultural	62.324,80	-	-	-	-	62.324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	128.906,73	-	456.593,27	-	-	585.500,00
Edifícios e outras construções	559.662,59	324.306,34	760.556,35	122.286,49	392.738,79	1.129.500,00
Equipamento básico	53.544,23	-	-	-	-	53.544,23
Equipamento administrativo	159.305,47	43.330,87	-	16.894,12	9.849,84	175.892,38
	<u>963.743,82</u>	<u>367.637,21</u>	<u>1.217.149,62</u>	<u>139.180,61</u>	<u>402.588,63</u>	<u>2.006.761,41</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/201
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	487.708,52	28.655,66	118.597,87	397.766,31	-
Equipamento básico	47.639,10	1.920,22	-	-	49.559,32
Equipamento administrativo	146.464,51	7.460,19	16.894,12	4.822,34	132.208,24
	<u>681.812,13</u>	<u>38.036,07</u>	<u>135.491,99</u>	<u>402.588,65</u>	<u>181.767,56</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2014 e 2013 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	2014	2013
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	28.655,66	27.866,87
Equipamento básico	1.920,22	1.920,22
Equipamento administrativo	7.460,19	6.798,78
	<u>38.036,07</u>	<u>36.585,87</u>

6 – Propriedades de investimento

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o imóvel da Rua do Loreto foi totalmente reabilitado, tendo a Entidade em consequência promovido a avaliação externa do mesmo, por perito qualificado e independente. Em 31 de Dezembro decidiu aplicar o justo valor apurado e constante do relatório do avaliador, onde estão explanados os métodos e pressupostos significativos aplicados no estudo, incluindo os critérios de repartição entre o terreno e o edificado. Esta aplicação do método do justo valor traduziu-se no apuramento de um rendimento extraordinário:

Ganhos por aumentos de justo valor

	Saldo em 31/12/2014
Em propriedades de investimento	<u>4.333.109,59</u>

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014
Terrenos e recursos naturais	-	-	1.527.750,00	-	-	1.527.750,00
Edifícios e outras construções	354.723,19	29.983,71	2.805.359,59	-	352.816,49	2.837.250,00
	<u>354.723,19</u>	<u>29.983,71</u>	<u>4.333.109,59</u>	<u>-</u>	<u>352.816,49</u>	<u>4.365.000,00</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014
Edifícios e outras construções	350.562,43	2.254,06	-	352.816,49	-
	350.562,43	2.254,06	-	352.816,49	-

As depreciações escrituradas nos períodos de 2014 e 2013 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	2014	2013
Edifícios e outras construções	2.254,06	1.504,47
	2.254,06	1.504,47

7 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.3. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014
Programas de computador	74.460,91	-	-	-	74.460,91
	74.460,91	-	-	-	74.460,91

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014
Programas de computador	71.234,35	3.226,56	-	-	74.460,91
	71.234,35	3.226,56	-	-	74.460,91

E as amortizações escrituradas nos períodos de 2014 e 2013 foram as seguintes:

Gastos com Amortizações

	2014	2013
Activos Intangíveis		
Programas de computador	3.226,56	6.194,52
	3.226,56	6.194,52

8 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição ("100 Anos de história", "Jornalistas Pais e Filhos", "O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes" são alguns exemplos). Os movimentos no ano foram os seguintes:

Inventários

	Inventário em 31/12/2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2014
Medalhas	7.725,79				7.725,79
Livros	11.184,08	630,12	387,64		11.426,56
	18.909,87	630,12	387,64	-	19.152,35
Custo das mercadorias vendidas					-

9 – Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	2014	2013
Prestação de serviços	457.859,23	454.079,77
Quotizações e joias	254.421,85	245.067,60
Credenciais e Senhas de consulta	64.974,62	73.937,85
Fundos	138.462,76	135.074,32
Vendas	-	-
Outros rendimentos e ganhos	104.896,22	92.267,60
Rendas	87.900,34	73.592,75
Cedência de salas	16.030,09	15.047,06
Outros	965,79	3.627,79
Juros	51.562,74	76.954,20
Juros de depósitos	10.201,11	10.397,42
Juros de outras aplicações	41.361,63	66.556,78
	<u>614.318,19</u>	<u>623.301,57</u>

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de um passivo contingente.

Em Novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Em 2014 não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas

	Saldo em 31/12/2013	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2014
Capital por Morte	174.324,98	4.462,45	-	178.787,43
	<u>174.324,98</u>	<u>4.462,45</u>	<u>-</u>	<u>178.787,43</u>

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte

	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	345.820,43	178.787,43	193,43%
	<u>345.820,43</u>	<u>178.787,43</u>	

11 – Subsídios e outros apoios

Não foram recebidos quaisquer subsídios, no período em análise. Foram no entanto recebidos outros apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

	Valor atribuído	
	2014	2013
Doações	10.482,49	111,90
Consignação fiscal - IRS	871,53	18.942,55
	<u>11.354,02</u>	<u>19.054,45</u>

12 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.6. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

12.1 – Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	2014	2013
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	1.286,55	1.581,00
De 4 a 12 meses	2.830,75	3.134,27
Mais de 12 meses	318,25	-
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	759,00	771,87
De 4 a 12 meses	1.052,00	1.133,67
Mais de 12 meses	352,98	832,85
	<u>6.599,53</u>	<u>7.453,66</u>

Beneficiários

	2014	2013
Capital por morte		
Até 1 ano	800,00	-
De 2 a 5 anos	2.294,70	2.294,70
Mais de 5 anos	852,00	852,00
	<u>3.946,70</u>	<u>3.146,70</u>

12.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Outras Contas a Receber

	2014	2013
Fornecedores (saldos contrários)	2.425,92	2.636,88
Adiant. e outras operações com o pessoal	-	-
Adiant. a fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	15.239,73	32.683,04
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711.192,43	711.192,43
Outros	17.113,50	5.183,68
Fundos	<u>14.425.233,67</u>	<u>14.158.430,15</u>
	<u>15.171.205,25</u>	<u>14.910.126,18</u>

Diferimentos

	2014	2013
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	<u>3.051,46</u>	<u>3.239,73</u>
	<u>3.051,46</u>	<u>3.239,73</u>

12.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos bancários

	2014	2013
Caixa	1.400,00	1.400,00
Depósitos à ordem	124.178,60	152.711,02
Depósitos a prazo	<u>544.900,00</u>	<u>331.000,00</u>
	<u>670.478,60</u>	<u>485.111,02</u>

12.4 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores gerais	14.562,88	7.471,13
Médicos e Entidades convencionadas	<u>10.782,38</u>	<u>8.044,01</u>
	<u>25.345,26</u>	<u>15.515,14</u>

12.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outras Contas a Pagar

	2014	2013
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	59.306,45	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	24.334,37	23.493,14
Outros acréscimos de gastos	9.670,72	14.033,01
Outros Credores	2.446,40	-
	<u>95.757,94</u>	<u>37.526,15</u>

Diferimentos

	2014	2013
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	15.196,20	11.055,14
Adicional de Publicidade	711.192,57	711.192,57
Outros	-	-
	<u>726.388,77</u>	<u>722.247,71</u>

13 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de 8 pessoas (igual a 2013).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações do pessoal	135.590,32	149.542,77
Encargos sobre Remunerações	29.294,44	31.918,16
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1.100,16	1.513,96
Outros gastos com Pessoal	15.688,96	17.134,89
	<u>181.673,88</u>	<u>200.109,78</u>

Não houve durante o ano de 2014 qualquer alteração à titularidade e composição dos Órgãos Associativos.

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

5 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 – Fundos Patrimoniais
Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2014
Fundos				
Capital por Morte	101.581,70		7.803,76	109.385,46
Cuidados de Saúde Primários	969.270,27	(205.819,20)	5.706,72	769.157,79
Solidariedade Associativa	48.950,59		5.546,56	54.497,15
Internamento Hospitalar	67.000,59		3.058,80	70.059,39
Reservas Legais	143.855,97		2.457,32	146.313,29
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14.163.326,22	247.283,96		14.410.610,18
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(35.369,94)	16.094,57		(19.275,37)
Fundo Norberto Lopes	35.123,28	914,76		36.038,04
Reserva Especial - Obras e Indem.	257.946,76	(256.849,30)		1.097,46
Resultados transitados	(578,35)	90.795,23		90.216,88
Excedentes de revalorização	90.795,23	1.126.354,39		1.217.149,62
Outras variações no capital próprio	62.324,80			62.324,80
Resultado líquido do exercício	24.573,16	4.352.452,32	(24.573,16)	4.352.452,32
	15.928.800,28	5.371.226,73	-	21.300.027,01

De acordo com o exposto na nota 3.2.7., foi constituída em 2013 uma reserva especial, destacada do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinada a financiar o pagamento das indemnizações da denúncia dos contratos de arrendamento do cinema e do 1º andar do prédio do Rua do Loreto e os custos comprovados e justificados das obras de reabilitação do prédio da Rua do Loreto e a requalificação do posto clínico até ao montante máximo dos títulos em carteira de Obrigações do Tesouro 2020, no valor nominal de 545 mil euros. O cenário encontrado levou a que o valor previsto para a obra de reabilitação do prédio da Rua do Loreto fosse ultrapassado e a reserva teve de ser reforçada em 205.819,20 euros.

Em resultado das avaliações dos edifícios explanadas na nota 5. foi criado um excedente de revalorização. Esta rubrica já tinha um saldo de 90.795,23 euros para o qual não se encontra a origem e suporte documental, pelo que o mesmo foi anulado por contrapartida de Resultados transitados.

O Resultado líquido do período está influenciado pelo Ganho por aumento de justo valor explicado na nota 6., pelo que, sem este rendimento extraordinário o Resultado líquido do período teria sido de 19.392,71 euros.

15.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2014
Obrigações do Tesouro	561.237,50		561.237,50	-
Obrigações diversas	59.404,16		59.404,16	-
Obrigações de Caixa	550.000,00		300.000,00	250.000,00
Fundo Compen. Trabalho	-	5,47		5,47
	1.170.641,66	5,47	920.641,66	250.005,47

De acordo com os critérios explicados na nota 3.2.4. a Entidade não reconhece nas suas demonstrações financeiras as menos valias potenciais. No entanto reconhece uma imparidade sempre que o valor de aquisição é superior ao valor nominal do título e faz a especialização dessa imparidade ao longo da maturidade do título, para que na data de vencimento a menos valia obtida já se encontre provisionada.

Assim, as perdas por imparidade são detalhadas conforme se segue:

Perdas por Imparidade

	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2014
Obrigações do Tesouro	465,00		465,00	-
Obrigações diversas	0,00			-
	<u>465,00</u>	<u>-</u>	<u>465,00</u>	<u>-</u>

15.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2014	2013
Saldos Devedores		
Retenção imposto s/ rendimento		
IVA - A Recuperar	26.328,68	
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social		412,57
	<u>26.328,68</u>	<u>412,57</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	3.154,00	2.635,00
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social	3.405,02	3.258,74
Contribuição p/ FCT / FGCT	3,06	
	<u>6.562,08</u>	<u>5.893,74</u>

15.4 – Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2014 e 2013, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

	2014	2013
Trabalhos especializados	36.896,44	11.181,73
Publicidade e propaganda	5.401,40	-
Honorários	30.453,69	56.865,00
Conservação e reparação	6.305,53	12.100,88
Outros	4.698,60	10.293,47
Materiais	6.448,46	3.785,96
Energia e fluidos	10.249,84	10.149,10
Deslocações, estadas e transportes	4.664,65	3.950,80
Comunicação	6.033,27	7.442,19
Seguros	2.558,56	2.441,53
Licenças	3.673,39	-
Contencioso e notariado	988,14	64,36
Despesas de representação	3.281,64	2.280,86
Limpeza, higiene e conforto	15.009,62	11.467,26
Outros serviços	9.415,34	7.090,33
	<u>146.078,57</u>	<u>139.113,47</u>

15.5 – Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas

	2014	2013
Impostos	623,77	791,24
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	4.000,00	3.200,00
Bolsas de Estudo	3.750,00	4.500,00
Internamento Hospitalar	42.873,24	40.457,82
Cuidados de Saúde Primários	171.068,52	170.141,42
Outros	8.282,36	6.519,63
	<u>230.597,89</u>	<u>225.610,11</u>

15.6 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 10 de Março de 2015

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Lurdes Ferreira (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Margarida Gomes (vogal)

Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira

(TOC 3301)

E.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Na observância das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício de 2014 da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA, apresentados pelo Conselho de Administração (CA).

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu às verificações que considerou adequadas e debateu com o CA todos os assuntos que ambos os órgãos entenderam oportunos.

O Conselho Fiscal considera que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração reflete com objetividade a atividade desenvolvida pela Associação no exercício de 2014 e que as demonstrações financeiras que o acompanham apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da CASA DA IMPRENSA.

O Conselho Fiscal entendeu destacar no âmbito do exercício de 2014 as obras efetuadas no edifício da Rua do Loreto cuja concretização não originou um desequilíbrio das contas, permitindo antes perspetivar uma evolução sustentada na área da saúde. Nesta âmbito considera também de nota o reforço do centro médico e o projeto de alteração aos Regulamento de Benefícios.

O Balanço e a Demonstração de Resultados são assinados pela técnica oficial de contas da CASA A IMPRENSA sujeitos a auditoria externa realizada pelo revisor oficial de contas.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, nomeadamente com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Perante o exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao relatório de gestão e propõe à Assembleia Geral que o mesmo seja aprovado, tal como as demonstrações financeiras que o acompanham e a proposta de aplicação de resultados, que está em conformidade com as obrigações legais e estatutárias.

Lisboa, 23 de março de 2015

Nuno Ribeiro (Presidente)

Helder Carvalho Martins (Secretário)

Inês Rapazote (Relatora)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa
Telefs.: 21 342 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto
Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10
E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30